



CONTAS DE GOVERNO 2019

PARECER DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS

JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GOVERNO DO MUNICÍPIO DE CANTAGALO REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2019 – PROCESSO TCE-RJ Nº 210.908- 0/20

PARECER DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS

Sumário

1 Relatório	2440
2 Análise da manifestação	2442
2.1 Irregularidade nº 01 (corpo instrutivo e <i>Parquet</i> de Contas).....	2442
2.2 Improriedades	2442
3 Conclusão	2448
3.1 Ressalvas.....	2450
3.2 Recomendação	2455
3.3 Demais propostas.....	2456



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS

JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

1 Relatório

Retorna o presente processo a este *Parquet* de Contas em decorrência da decisão monocrática de 22.09.2020 que, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro, Dr. Rodrigo Melo do Nascimento, decidiu pela Comunicação ao Senhor Joaquim Augusto Carvalho de Paula, responsável pela Prestação de Contas de Governo do Município de Cantagalo, referentes ao exercício de 2019, cientificando-lhe da possibilidade de obter vista dos autos e apresentar manifestação escrita, no prazo improrrogável de 10 (dez) dias, contado a partir da ciência da decisão, quanto às irregularidades apontadas pelo corpo técnico, pelo Ministério Público de Contas e pelo Relator desta Prestação de Contas.

Com a decisão, foi conferida à parte interessada ou ao procurador legalmente constituído vista do processo para apresentação de documentos e justificativas para as irregularidades e impropriedades apontadas na instrução técnica e no parecer deste Ministério Público de Contas e ainda na decisão do Relator.

Inconformado com as conclusões técnicas que propõem a rejeição das contas, o Excelentíssimo Prefeito do Município de Cantagalo apresentou documentação, que foi autuada como Documento TCE-RJ nº 026.742-2/20.

No parecer apresentado em 11.09.2020, o *Parquet* acompanhou a proposta de irregularidade apresentada pelo d. corpo instrutivo, assim, concluiu este Órgão Ministerial que as contas prestadas pelo Chefe do Poder Executivo deveriam ser julgadas irregulares pela Câmara Municipal de CANTAGALO, propondo ao Plenário deste E. Tribunal, no âmbito de sua



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS

JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

competência constitucional, a emissão de Parecer Prévio Contrário à respectiva aprovação.

Tal conclusão fundamentou-se na verificação de 01 (uma) irregularidade a inquinar as contas de modo irremediável, a seguir transcrita:

IRREGULARIDADE Nº 1

Foi constatado o pagamento de despesas com pessoal à conta de recursos das parcelas de royalties da produção, não excetuadas pelas Leis Federais n.º 10.195/01 e n.º 12.858/13, resultando em despesas vedadas pelo artigo 8º da Lei Federal n.º 7.990/89.

O d. corpo técnico procedeu ao exame da manifestação escrita apresentada pelo Jurisdicionado (instrução técnica de 08.10.2020) e **concluiu que os elementos trazidos aos autos foram suficientes para elidir a irregularidade nº 01.**

No tocante a irregularidade nº 02 incluída pelo Relator (o Poder Executivo não aplicou a parcela das receitas provenientes dos royalties e participações especiais nos percentuais previstos no art. 2º, § 3º, da Lei nº 12.858/13), a instância técnica registrou que o fato foi objeto da impropriedade nº 8 de seu relatório anterior e após proceder ao exame da manifestação escrita concluiu que o mesmo deve ser mantido como impropriedade no relatório atual.

Propôs, ao final do relatório técnico, a emissão de **Parecer Prévio Favorável** à aprovação das contas com 10 (dez) Ressalvas, igual número de Determinações, e 01 (uma) Recomendação, todas elencadas na conclusão da análise realizada.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS

JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

2 Análise da manifestação

2.1 Irregularidade nº 01 (corpo instrutivo e *Parquet* de Contas)

Após o exame das justificativas apresentadas pelo Jurisdicionado e a análise empreendida pelo corpo técnico no tocante à irregularidade nº 01, o *Parquet* de Contas acompanha as conclusões da instância técnica, opinando pela adoção das medidas ali preconizadas.

2.2 Improriedades

Em relação à impropriedade nº 08 apontada na conclusão do parecer (objeto da Irregularidade nº 02 inserida pelo Conselheiro Relator e da Improriedade nº 08 do relatório Técnico), o d. corpo instrutivo apresentou a seguinte análise:

IRREGULARIDADE N.º 02 (inserida pelo Relator)

- O Poder Executivo não aplicou a parcela das receitas provenientes dos royalties e participações especiais relativas a contratos celebrados a partir de 03/12/2012, sob os regimes de concessão, de cessão onerosa e de partilha de produção, quando a lavra ocorrer na plataforma continental, no mar territorial ou na zona econômica exclusiva, nos percentuais previstos no art. 2º, § 3º, da Lei nº 12.858/13, no montante de 75% na área de educação e 25% na área de saúde.

Razões de Defesa:

O Prefeito de Cantagalo inicia sua defesa de fls. 2366/2377 ressaltando que antes mesmo do Executivo tomar ciência oficial do parecer prévio das Contas de Governo de 2018, em 29/10/2019, as medidas de cunho administrativo, como a segregação dos novos valores de receita dos royalties, já estavam sendo tomadas para que em seguida fosse possível a aplicação do recurso.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS

JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Em primeira providência, com base na documentação acostada às fls. 2396/2411, enviou as Mensagens n.ºs 043/2019 e 052/2019 à Câmara Municipal de Cantagalo para aprovação de Projetos de Lei para autorização de créditos adicionais especiais nos valores de R\$179.201,61 e R\$154.293,12, respectivamente, destinadas ao Fundo Municipal de Saúde e à Secretaria Municipal de Educação. Assim, tais projetos deram origem às Leis Autorizativas n.ºs 1.519, de 28/11/2019, e 1.529, de 16/12/2019, bem como aos Decretos de abertura de créditos n.ºs 3.442/2019 e 3.449/2019.

Na sequência, aponta que muito embora a destinação da verba estivesse definida e os códigos de fontes criados, restou um curto prazo para a aplicação ainda em 2019, tendo em vista a redução das atividades relacionadas ao empenhamento das despesas a partir de 02/12/2019, conforme Decreto n.º 3437, de 11/11/2019 (fls. 2382/2387), considerando ainda que as despesas demandariam o respectivo processo administrativo de contratação.

Argumenta que do total de R\$318.925,56 em recursos recebidos resultantes da Lei Federal n.º 12.858/13 considerados por esta Corte os seguintes pontos devem ser observados:

- a) desconto de 1% (um por cento) para o PASEP, ou seja, R\$3.189,26 para esta contribuição social que não poderia ser enquadrada como gasto em saúde ou educação (retenção exemplificada à fl. 2388), requerendo que seja excluído do montante recebido;*
- b) a receita creditada em 24/12/2019, na importância de R\$19.585,39, que, mesmo com todos os esforços, não haveria tempo para a execução da despesa de 24/12/2019 a 30/12/2019. Assim, pede que esta parcela seja desconsiderada do montante recebido em 2019;*
- c) a despesa liquidada utilizada pela equipe técnica desta Corte deveria ser substituída pela despesa empenhada, o que afetaria a despesa com saúde, fazendo-a saltar de R\$36.338,55 para R\$56.076,55.*

Sendo assim, o jurisdicionado apresenta seus cálculos conforme a seguir:



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS
JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Aplicação de Recursos dos Royalties Pré-Sal

<i>Descrição</i>	<i>Valor</i>
<i>Recursos Recebidos dos Royalties Previstos na Lei Federal n.º 12.858/2013</i>	<i>318.925,56</i>
<i>Recursos recebidos em 24/12/2019 (-)</i>	<i>19.595,39</i>
<i>1% do Pasep (-)</i>	<i>3.189,26</i>
<i>Base de cálculo</i>	<i>296.150,91</i>
<i>Aplicação Mínima na Saúde – 25%</i>	<i>74.037,73</i>
<i>Aplicação de Recursos na Saúde</i>	<i>56.076,55</i>
<i>% aplicado em Saúde</i>	<i>18,94%</i>
<i>Saldo a aplicar</i>	<i>17.961,18</i>
<i>Aplicação Mínima na Educação – 75%</i>	<i>222.113,18</i>
<i>Aplicação de Recursos na Educação</i>	<i>224.505,12</i>
<i>% aplicado em Educação</i>	<i>75,81%</i>
<i>Saldo a aplicar</i>	<i>0,00</i>

Observa-se que apura a aplicação de 18,94% dos recursos na saúde e 75,81% na educação, cumprindo, neste contexto, apenas o percentual da educação.

Na sequência, traz argumentações para o saldo de R\$17.961,18 (fonte de recurso 0285 - ROYALTIES DO PETRÓLEO - VINCULADO A SAÚDE) não aplicado na saúde:

Quanto a este ponto, informamos que foram anulados os empenhos 912, 913, 914 e 938 importando o valor de R\$ 20.187,98, sendo indevidamente anulados, os empenhos 912, 913 e 914, todos da FR 0285 do Fornecedor Auto Posto Mira Ouro Ltda, empenhos estimativos. O empenho 912, do fornecedor Transjal Locação de Veículos LTDA, no valor de R\$ 8.062,00, foi anulado de forma correta, uma vez que o serviço não foi realizado, mas este saldo orçamentário e financeiro existente, era para ser empenhado o Fornecedor Auto Posto Mira Ouro Ltda, anulando o mesmo valor dos empenhos 729 – FR 0000 e 780 - FR 0004.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS

JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Esta falha administrativa não pode macular a intenção da administração municipal em alcançar os maiores índices possíveis nos gastos com saúde, ficando demonstrado o propósito do Município em empregar maior parte do valor, contudo além de não ter havido tempo hábil, ocorreram falhas pontuais de nosso Setor que influenciaram no cômputo.

Reforça em sua defesa que no Anexo 2 do Relatório Resumido da Execução Orçamentária do 6º bimestre de 2019 o município destinou para a Função 10 o total de R\$ 26.065.778,80 em despesa empenhada, considerando todas as fontes aplicadas. Ademais, complementa enfatizando que os gastos com educação e saúde do município superaram o limite constitucional e que o montante dos royalties resultantes da Lei Federal nº 12.858/13 não apresenta expressividade diante dos gastos realizados acima do mínimo constitucional.

Frisa ainda que os fatos em comento abordam uma falha administrativa sanável, tendo em vista que o recursos podem ser aplicados no exercício atual, e consigna dúvida a respeito da obrigatoriedade de aplicar os recursos da Lei Federal nº 12.858/13 no mesmo exercício do recebimento:

Convém assinalar que a Lei 12.858/2013 não traz expressa menção quanto à temporalidade para utilização das receitas na forma do art. 2º, § 3º, portanto, sua aplicação deva dar-se no mesmo exercício de ingresso da receita, como acontece com o FUNDEB. Este fato criou embaraço na interpretação do Município e acreditamos que na de outros Municípios também, gerando dúvida interpretação, sobre a qual, ponderamos ao Relator que considere ser uma impropriedade.

Por fim, cita manifestação do Ministério Público de Contas:

Importante trazer o entendimento do Parquet de Contas no que diz respeito à Lei nº 12.858/2013, que nos casos em que houver a não aplicação dos recursos na forma preconizada pela Lei, o fato será tratado como impropriedade nos pareceres emitidos por este Parquet nas contas de governo municipais, até o julgamento definitivo da ação direta de inconstitucionalidade ADI



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS

JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

6277, ao qual o Governo do Estado do Rio de Janeiro está questionando no STF a constitucionalidade da Lei Federal nº 12.858/2013, que impõe aos estados, Distrito Federal e municípios a obrigatoriedade de destinarem recursos dos royalties de petróleo e gás natural do pré-sal às áreas de educação básica (75%) e saúde (25%).

Análise:

Trata-se de irregularidade acrescida pelo Relator do presente processo, a qual foi abordada por este Corpo Técnico como a impropriedade nº 8.

Primeiramente, não se pode deixar de destacar a limitação administrativa proporcionada pelo Decreto n.º 3437, de 11/11/2019 (fls. 2382/2387), que dispôs sobre o encerramento orçamentário e financeiro do exercício de 2019, estabelecendo regras como restrições ao empenhamento de despesas a partir de 02/12/2019 (art. 2º). Sendo que o próprio Decreto determina no inciso II, §1º do artigo 2º que os gastos da saúde e educação estão excluídos desta regra e poderiam ser empenhados até 30/12/2019.

Em que pese o esforço da administração municipal em alguma medida para a efetivação da aplicação dos recursos em comento, como a criação dos códigos de receitas e a abertura dos créditos adicionais pelos Decretos nºs 3.442/2019 e 3.449/2019, verifica-se que o percentual exigido para a área da saúde não foi atingido nem mesmo com os cálculos mais favoráveis elaborados pela defesa.

O único ajuste com o qual este Corpo Técnico concorda é aquele que trata da reformulação dos cálculos com a utilização das despesas empenhadas, visto que as demais observações, abordando parcela dos recursos recebidos e desconto para o PASEP, são frágeis ou carecem de material comprobatório. Assim, expõe-se a seguir os novos dados, onde constata-se o impacto apenas nas informações relacionadas às aplicações na **saúde** (percentual alterou-se de 11,39% para 17,58%):

Aplicação de Recursos dos Royalties Pré-Sal

Descrição

Valor



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS

JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Recursos Recebidos dos Royalties Previstos na Lei Federal n.º 12.858/2013 318.925,56

Aplicação Mínima na Saúde – 25% 79.731,39

Aplicação de Recursos na Saúde 56.076,55

% aplicado em Saúde 17,58%

Saldo a aplicar 23.654,84

Aplicação Mínima na Educação – 75% 239.194,17

Aplicação de Recursos na Educação 224.505,12

% aplicado em Educação 70,39%

Saldo a aplicar 14.689,05

Fonte: Quadro F.3 – fl. 1792

*Portanto, resta demonstrado que o Poder Executivo aplicou 17,58% dos recursos dos royalties previstos na Lei Federal n.º 12.858/2013 na **saúde** e manteve 70,39% na **educação**, não atendendo o disposto no § 3º, artigo 2º da mencionada Lei.*

Quanto à intenção do defendente em classificar o montante dos recursos envolvidos como de menor expressividade diante dos gastos em educação e saúde acima dos limites constitucionais, entende-se que tal comparação não deve prosperar, posto que a questão principal aqui não é o valor, mas sim o oferecimento de alguma melhora nos serviços relacionados a estas duas áreas. Em relação à temporalidade da aplicação dos recursos, entende-se que cabe uma certa flexibilização neste primeiro momento, uma vez que a gestão municipal ainda demanda por ajustes.

De qualquer modo persiste a falha que este Corpo Técnico entende merecer o tratamento de impropriedade, até mesmo porque se espera que a municipalidade reveja seus procedimentos para então gerir estes recursos dentro dos parâmetros legais.

Conclusão:

*Dessa forma, a referida irregularidade, considerada por este Corpo Técnico como impropriedade, será **mantida** na conclusão deste relatório.*



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS

JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Consoante o exame acima, as argumentações do jurisdicionado só lograram êxito em comprovar que houve aplicação maior, que a apurada anteriormente, na área de saúde, passando de R\$36.338,55 (11,39%) para R\$56.076,55 (17,58%). Assim, restou incontroverso a aplicação parcial dos recursos recebidos em 2019, oriundos da Lei Federal nº 12.858/13.

O d. corpo instrutivo converteu a qualificação do fato de impropriedade para ressalva neste último relatório.

Os esclarecimentos prestados em nada infirmam os fundamentos do parecer do Ministério Público de Contas de 11 de setembro quanto ao ponto, pelo que seus termos, fundamentos e conclusão são reiterados, convertendo o fato qualificado como impropriedade (parecer anterior) para ressalva (parecer atual), já que neste é sugerida a emissão de parecer prévio favorável à aprovação das contas.

Em relação às demais impropriedades lançadas no parecer, o jurisdicionado não apresentou razões de defesa. Por conseguinte, serão mantidas neste parecer, sendo apenas convertidas para ressalvas.

3 Conclusão

CONSIDERANDO que, consoante o disposto nos artigos 75 da Constituição Federal e 122 da Constituição do Estado do Rio de Janeiro, o Tribunal de Contas é responsável pela fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do estado;



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS

JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

CONSIDERANDO a competência do Tribunal de Contas para emitir Parecer Prévio sobre as Contas prestadas anualmente pelo Prefeito Municipal, a serem julgadas pelas Câmaras de Vereadores, diante do que dispõe o artigo 125 da Constituição do Estado do Rio de Janeiro;

CONSIDERANDO que ao Ministério Público de Contas cabe, no âmbito da jurisdição de Contas, a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis;

CONSIDERANDO a obrigatoriedade de o Ministério Público de Contas, mediante parecer escrito, officiar nos Processos de Prestação de Contas de Governo, respeitada a independência funcional do Procurador designado;

CONSIDERANDO que as Contas de Governo do Chefe do Poder Executivo do Município de Cantagalo, referentes ao exercício de 2019, **observaram as disposições legais pertinentes, exceto pelas ressalvas verificadas neste parecer;**

CONSIDERANDO que serviram de base a este parecer a documentação que constituiu este processo, e, sobretudo, o relatório do corpo instrutivo deste Tribunal e os números e dados neste consolidados e referendados;

CONSIDERANDO que a Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000, designada por Lei de Responsabilidade Fiscal, estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e prescreve medidas de caráter contábil, financeiro, orçamentário, operacional e patrimonial a serem cumpridas pela administração pública direta, autárquica e fundacional, e as empresas dependentes de recursos do Tesouro municipal;



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS

JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

CONSIDERANDO que o Parecer Prévio deste Tribunal de Contas e o subsequente julgamento pela Câmara Municipal não exoneram de eventual responsabilidade os ordenadores de despesa e demais responsáveis por bens, dinheiro e valores públicos, quando do exame das respectivas Contas, como deflui da sistemática constitucional e do disposto na Lei Complementar Estadual nº 63/90;

O MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS, PARCIALMENTE DE ACORDO COM O D. CORPO INSTRUTIVO, OPINA:

I – Pela emissão de **PARECER PRÉVIO FAVORÁVEL** à aprovação pela Câmara Municipal das Contas de Governo do Chefe do Poder Executivo de Cantagalo, de responsabilidade do Excelentíssimo Senhor Joaquim Augusto Carvalho de Paula – 01.01 a 31.12.2019 - com as **RESSALVAS, DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÃO** a seguir relacionadas ao Prefeito, para que, sendo o caso, determine o cumprimento aos agentes competentes da administração municipal, observadas as sugestões de encaminhamento.

3.1 Ressalvas

RESSALVA Nº 1

Não foram implantados todos os Procedimentos Contábeis Patrimoniais com prazo-limite até o exercício de 2019, conforme Cronograma de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais – (Modelo 25A), estando, o município, em desacordo com os prazos estabelecidos na Portaria STN n.º 548/2015.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS
JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DETERMINAÇÃO Nº 1

Implantar os Procedimentos Contábeis Patrimoniais não implementados até o prazo-limite exercício de 2019, bem como observar a implantação dos demais nos prazos estabelecidos na Portaria STN n.º 548/2015.

RESSALVA N.º 2

Ausência de equilíbrio financeiro do Regime Próprio de Previdência Social dos servidores públicos, uma vez que foi constatado um *deficit* previdenciário de R\$169.650,30, em desacordo com a Lei Federal n.º 9.717/98.

DETERMINAÇÃO N.º 2

Promover o equilíbrio financeiro do Regime Próprio de Previdência Social dos servidores públicos, em conformidade com a Lei Federal n.º 9.717/98.

RESSALVA N.º 3

As despesas a seguir, classificadas na função 12 – Educação, não foram consideradas no cálculo do limite dos gastos com a educação, por serem vedadas a sua execução com recursos de impostos e transferência de impostos, em desacordo com os artigos 70 e 71 da Lei n.º 9.394/96 c/c a Lei 11.494/07:

Data do empenho	N.º do empenho	Histórico	Credor	Subfunção	Fonte de recurso	Valor – R\$
24/10/2019	2092	Fornecimento de espaço e buffert para 300 pessoas com café da manhã e almoço para o 2 seminário sob o título o valor da cultura empreendedora no espaço escolar e na vida da comunidade.	Valderez Maria da Conceição Vicente.	361	Próprios	10.050,00
TOTAL						10.050,00



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS

JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DETERMINAÇÃO N.º 3

Observar a correta classificação das despesas na função 12 – Educação, em atendimento aos artigos 70 e 71 da Lei n.º 9.394/96.

RESSALVA N.º 4

Quanto ao encaminhamento das informações sobre os gastos com educação e saúde, para fins de limite constitucional, utilizando como recurso a fonte ordinários.

DETERMINAÇÃO N.º 4

Para que sejam utilizados, nos gastos com educação e saúde, para fins de limite constitucional, apenas fonte de recursos de impostos e transferências de impostos, de modo a atender plenamente ao estabelecido no artigo 212 da Constituição Federal, bem como no artigo 7º da Lei Complementar Federal n.º 141/12.

RESSALVA N.º 5

O valor do *superavit* financeiro para o exercício de 2020 apurado na presente prestação de contas (R\$132.557,61) é superior ao registrado pelo município no balancete do Fundeb (R\$131.652,81), resultando numa diferença de R\$904,80.

DETERMINAÇÕES N.º 5

a- Observar a correta movimentação dos recursos do Fundeb, com vistas ao cumprimento do artigo 21 da Lei 11.494/07 c/c o artigo 85 da Lei n.º 4.320/64;

b- Providenciar o ressarcimento, no valor de R\$904,80, à conta do Fundeb, com recursos ordinários, a fim de se resgatar o equilíbrio financeiro da conta,



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS
JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

em atendimento aos preceitos da Lei n.º 11.494/07, especialmente do seu artigo 21.

RESSALVA N.º 6

A despesa a seguir, classificadas na função 10 – Saúde, não foi considerada no cálculo do limite dos gastos com a saúde, por não ser considerada como ações e serviços públicos, conforme artigo 4º da Lei Complementar n.º 141/12:

Data do empenho	N.º do empenho	Histórico	Credor	Subfunção	Fonte de recurso	Valor – R\$
29.03.2019	288	Estimativa para pagamento de multas federais relacionadas aos veículos do FMS	Ministério da Justiça e Segurança pública	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	Ordinários	4.874,35
29.03.2019	289	Estimativa para pagamento de multas estaduais relacionadas aos veículos do FMS	Banco Bradesco S/A	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	Ordinários	3.059,06
TOTAL						7.933,05

DETERMINAÇÃO N.º 6

Observar a correta contabilização das despesas na função 10 – Saúde, em atendimento ao artigo 4º da Lei Complementar n.º 141/12 c/c com inciso II do artigo 50 da Lei Complementar n.º 101/00.

RESSALVA N.º 7

Inconsistência na apropriação dos recursos oriundos dos Royalties nos respectivos códigos de receitas previstos no Ementário da Receita anexo ao Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público - MCASP, com reflexo no Demonstrativo da Receita Orçada com a Arrecadada - Anexo 10 da Lei n.º 4.320/64.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS

JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DETERMINAÇÃO Nº 7

Observar a correta apropriação dos recursos dos Royalties nos códigos de receita previstos no Ementário da Receita anexo ao Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público - MCASP.

RESSALVA Nº 8

O Poder Executivo não aplicou os recursos dos royalties, **recebidos em 2018 e 2019**, na proporcionalidade prevista na Lei Federal n.º 12.858/2013, não atendendo o disposto no § 3º, artigo 2º da mencionada Lei.

DETERMINAÇÃO Nº 8

Observar a correta aplicação dos recursos dos royalties previstos na Lei n.º 12.858/13, devendo ser aplicado em 2020, **além dos recursos recebidos neste exercício, os valores não aplicados nos exercícios de 2018 e 2019**, na proporção de 75% (setenta e cinco por cento) na área de educação e 25% (vinte e cinco por cento) na área de saúde, conforme § 3º, artigo 2º da lei mencionada.

RESSALVA N.º 9

O município não cumpriu integralmente às obrigações estabelecidas na legislação relativa aos portais da transparência e acesso à informação pública

DETERMINAÇÃO N.º 9

Implementar ações, visando ao pleno atendimento às exigências, estabelecidas na Lei Complementar Federal n.º 131/09, Lei Complementar Federal n.º 101/00, Lei Federal n.º 12.527/11 e no Decreto Federal n.º 7.185/10, no que couber, relativas aos portais de transparência.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS

JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

RESSALVA Nº 10

O município não cumpriu integralmente as determinações exaradas anteriormente por esta Corte.

DETERMINAÇÃO N.º 10

Observar o fiel cumprimento das determinações exaradas por esta Corte.

RESSALVA Nº 11

Ausência de ampla divulgação da prestação de contas de governo e do respectivo Relatório Analítico e Parecer Prévio deste Tribunal, em afronta ao disposto no artigo 126 da Constituição Estadual c/c o artigo 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal - LC 101/00.

DETERMINAÇÃO N.º 11

Implementar ações, visando ao pleno atendimento às exigências estabelecidas no artigo 126 da Constituição Estadual c/c o artigo 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal - LC 101/00.

3.2 Recomendação

RECOMENDAÇÃO N.º 1

Para que o município atente para a necessidade do uso consciente e responsável dos recursos dos royalties, priorizando a alocação dessas receitas na aplicação de programas e ações voltadas para o desenvolvimento sustentável da economia local, bem como, busque alternativas para atrair novos investimentos de forma a compensar as possíveis perdas de recursos futuros.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS

JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

3.3 Demais propostas

II – COMUNICAÇÃO, com fulcro no §1º do artigo 26 do Regimento Interno deste Tribunal de Contas aprovado pela Deliberação TCE-RJ nº 167/92, com nova redação dada pela Deliberação TCE-RJ nº 309/2020, ao **atual responsável pelo controle interno da Prefeitura Municipal de CANTAGALO**, para que tome ciência da decisão deste Tribunal e atue de forma a cumprir adequadamente a sua função de apoio ao controle externo no exercício de sua missão institucional, prevista no artigo 74 da CRFB/88 e no art. 59 da LRF, pronunciando-se, nas próximas contas de governo, de forma conclusiva quanto aos fatos de ordem orçamentária, financeira, patrimonial e operacional que tenham contribuído para os resultados apurados, de modo a subsidiar a análise das contas por este Tribunal, apresentando Certificado de Auditoria quanto à Regularidade, Regularidade com Ressalva ou Irregularidade das contas, apontando, ainda, quais foram as medidas adotadas no âmbito do controle interno, no sentido de alertar a administração municipal quanto às providências a serem implementadas para a melhoria da gestão governamental, além de apresentar a análise das determinações e recomendações exaradas por este Tribunal nas Contas de Governo.

III – COMUNICAÇÃO, com fulcro no §1º do artigo 26 do Regimento Interno deste Tribunal de Contas aprovado pela Deliberação TCE-RJ nº 167/92, com nova redação dada pela Deliberação TCE-RJ nº 309/2020, ao **Senhor Joaquim Augusto Carvalho de Paula**, atual Prefeito Municipal de CANTAGALO, para que seja alertado:

III.1) quanto ao fato de que, ainda durante a atual legislatura, ocorrerão novas auditorias de monitoramento da gestão dos créditos tributários, para atestação da implementação das medidas recomendadas ou determinadas



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS

JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

por este Tribunal, e seus resultados serão considerados para avaliação de sua gestão, quando da apreciação das próximas Contas de Governo;

III.2) quanto à metodologia de verificação do cumprimento do limite mínimo constitucional relativo à aplicação de recursos em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino – MDE, a ser utilizada na Prestação de Contas de Governo a partir do exercício de 2020, encaminhada a esta Corte no exercício de 2021, a qual passará a ser considerada, para fins de aferição do cumprimento do art. 212 da Constituição Federal – aplicação de 25% da receita resultante de impostos e de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino – somente as despesas efetivamente pagas no exercício, de modo a interpretar a expressão “despesas realizadas” constante do art. 70 da Lei Federal nº 9.394/96 como as despesas públicas efetivadas após o cumprimento das três etapas previstas na Lei Federal nº 4.320/64: empenho, liquidação e pagamento;

III.3) quanto ao fato de que, para as contas de governo municipais referentes ao exercício de 2020, a serem apreciadas por esta Corte no exercício de 2021, as despesas com aquisição de uniformes e afins, custeadas pelo Município, ainda que distribuídos indistintamente a todos os alunos, serão consideradas despesas de natureza assistencial, razão pela qual não mais poderão ser consideradas no cômputo da base de cálculo do limite mínimo constitucional de 25% (vinte e cinco por cento), consignado no art. 212 da Constituição Federal, assim como não poderão mais ser financiadas com recursos do FUNDEB;

III.4) para providenciar o ressarcimento, no valor de R\$904,80, referente à diferença entre o superávit financeiro do exercício de 2019 apurado na presente Prestação de Contas e o registrado no balancete encaminhado pelo



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS

JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

município ajustado neste relatório, com recursos ordinários, à conta do Fundeb, a fim de se resgatar o equilíbrio financeiro da conta, em atendimento aos preceitos da Lei n.º 11.494/07, especialmente do seu artigo 21;

III.5) quanto ao fato de que, para as contas de governo municipais referentes ao exercício de 2021, a serem apreciadas por esta Corte no exercício de 2022, as vedações imposta pelo art. 8º da Lei nº 7.990/89 – que veda a aplicação de recursos de royalties em pagamento de dívida e no quadro permanente de pessoal, excetuado o pagamento de dívidas para com a União e suas entidades, bem como excepcionado o custeio de despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino, inclusive as relativas a pagamento de salários e outras verbas de natureza remuneratória a profissionais do magistério em efetivo exercício na rede pública – aplicam-se à todas as compensações financeiras devidas pelo resultado da exploração de petróleo ou gás natural, quais sejam: Royalties Gerais – Lei Federal n.º 9.478/97, art.48; Royalties Excedentes – Lei 9.478/97, art.49; Royalties em áreas do pré-sal e em áreas estratégicas – Lei Federal n.º 12.351/2010, art. 42-B; Participações Especiais – Lei Federal n.º 9.478/97, art. 50;

III.6) quanto à necessidade de adotar providências com vista ao cumprimento das regras estabelecidas na Lei Federal nº 9.717/98 e nas demais normas regulamentadoras do Regime Próprio De Previdência Social (RPPS), a fim de assegurar a sustentabilidade do regime e do equilíbrio das contas do Município, em atendimento ao disposto no art. 1º, § 1º da Lei Complementar Federal nº 101/00.

IV – EXPEDIÇÃO DE OFÍCIO ao Ministério Público Estadual para ciência da decisão proferida no presente processo, acompanhado de cópia digitalizada desta Prestação de Contas de Governo.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS
JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

V – DETERMINAÇÃO à Secretaria Geral de Controle Externo - SGE - para que verifique o cumprimento da regra estabelecida no § 5º do artigo 69 da LDB (Lei nº 9.394, de 20.12.1996) pela Prefeitura de CANTAGALO - de abertura de conta específica distinta daquela em que se encontram os recursos do Tesouro -, bem como para que apure se efetivamente tais recursos estão sendo transferidos ao órgão responsável pela Educação exatamente nos prazos estabelecidos em lei.

Em 14 de outubro de 2020

SERGIO PAULO DE ABREU MARTINS TEIXEIRA
Procurador-Geral do Ministério Público de Contas
Junto ao TCE-RJ
(Documento assinado digitalmente)